

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**  
**PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 2004.**

Altera o artigo 2º da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

**Autor:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Relator:** Deputado FELIPE MAIA

**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Durante discussão nesta Comissão, o Relator aceitou sugestões, aconselhado pelos seus pares e, dessa forma, modifica o seu Parecer, apresentando o Substitutivo, em anexo.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.716, de 2004, nos termos do Substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado FELIPE MAIA

Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 2004.**

Altera o artigo 2º da Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

**Autor:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Relator:** Deputado FELIPE MAIA

**SUBSTITUTIVO DO RELATOR**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta lei permite o pagamento de custas devidas à Justiça Federal, em qualquer estabelecimento bancário.

Art. 2º. O Art. 2º da Lei nº 9.289m de 4 de julho de 1996 – que dispõe sobre custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências -, passa a vigorar com a seguinte redação:

“art. 2º. O pagamento das custas é feito mediante documento de arrecadação de receitas federais, em qualquer agência bancária, **sem alteração da instituição financeira gestora destes recursos**” (NR)

“art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado FELIPE MAIA

Relator